

«A Evolução Técnica e as Crises Económicas»

Carlos Pimenta

Diário de Lisboa, (não localizada a data, provavelmente 1971/2)

Assinado J. G.

Crítica a um livro editado pelos Livros Horizonte que não tem data de emissão

1. Ao escrever «A Evolução Técnica e as Crises Económicas», Luís de Carvalho e Oliveira tinha como objectivo dar um contributo para a análise científica das crises. Sendo assim era preciso localizar esse fenómeno social. O próprio autor reconhece, no prefácio, que pretende «localizar as crises económicas na evolução dos factores de produção», tendo resultado desse estudo, por um lado, o reconhecimento das crises como fenómenos característicos «da organização capitalista, peculiares à grande indústria» e, por outro, a necessidade da análise da evolução da técnica, considerada causa determinante das crises.

O autor começa a observação histórica no Mundo Antigo, tornando-a cada vez mais pormenorizada, factorizada, ao descrever os períodos históricos mais recentes, culminando na descrição das numerosas crises desde 1815. Apesar de nessa descrição das crises se procurar mais apresentar factos do que lhes dar o enquadramento, alguns problemas importantes são realçados e citadas algumas estatísticas que não são normalmente apresentadas, relacionadas com a pauperização absoluta do proletariado.

Termina esta obra por uma análise crítica de algumas das teses fundamentais explicativas das crises.

2. Nota-se, em todo o livro, traços que permitem distinguir o pensamento do autor de uma concepção marginalista ou neocapitalista, não sendo, contudo, essa posição metodológica sempre encaminhada coerentemente. Senão, vejamos!

Segundo o autor da Contribuição para a Crítica da Economia Política, «a tecnologia põe a claro o modo de acção do homem face à natureza, o processo de produção da sua vida material e, por consequência,

a origem das relações sociais, e as ideias ou concepções intelectuais que daí resultam». Sendo esta análise profundamente verdadeira, temos que distinguir os diferentes níveis em que se situam os diversos fenómenos sociais, a interligação desses níveis. A tecnologia contribui decisivamente para a explicação dos fenómenos económicos e sociais mas daí não se pode deduzir o desprezo pela complexidade da estrutura social; a ausência de análise da base económica, isto é, da totalidade das relações de produção que predominam numa dada sociedade, sua característica antagónica ou não-antagónica; a não consideração das categorias económicas fundamentais, explicativas da formação social; o desdenhar os antagonismos de classe e contribuição destes para a evolução da própria tecnologia. Impossível também é fazer tábua rasa do papel das ideologias e sua interligação com as relações de produção e forças produtivas.

Diferentemente, do conjunto da obra ressalta o facto de se procurar explicar os fenómenos sociais em causa, principalmente as crises mas não só, quase exclusivamente pela tecnologia, segundo uma relação causal quase directa, ao mesmo tempo que se apresenta uma evolução da técnica autónoma do contexto social, como ressalta do afirmar-se que o «homem. sob a pressão das suas necessidades, inicialmente fisiológicas (...) ou outras, que depois se foram criando no seu complexo vital, procurou sempre atingir a maior produção com um mínimo de força de trabalho. E não teve modo de se ir libertando de maiores esforços, a não ser pelo aperfeiçoamento das ferramentas de que dispunha ou pela invenção de outras que lhe permitissem maior rendimento com menor sacrifício. (...) No limiar da nossa época (temos o homem) a inventar

a máquina a vapor, mais poderosa e independente dos acasos da natureza; olhos sempre postos na economia de esforço ao satisfazer as necessidades, agora já requintadas, fazendo nascer a máquina eléctrica; seguidamente, a aproveitar a energia atómica». Cai assim o autor num mecanicismo tecnológico, no determinismo pueril.

Enfermando a sua análise económica destes vícios não admira que em seguida outros, se revelem. Considerar num mesmo nível leis económicas objectivas e juízos de valor como se nota ao afirmar: «Neste século em que vivemos apenas há a lamentar que tamanha evolução lhe tenha produzido cada vez maiores diferenças de viver»; analisar superficialmente a evolução do capital constante e variável, não diferenciando a lei geral dos casos particulares de empresas (ao referir a queda simultânea dos dois tipos de capital), desprezando sua relação com a taxa de lucro e acumulação de capital, fenómeno fulcral das crises; falar em subconsumo, em não capacidade aquisitiva, nem focar coerentemente o problema do valor da força de trabalho, não ultrapassando referências vagas e imprecisas («os que detêm os meios de produção contratam a sua força de trabalho para lhe pagarem segundo as leis da oferta e da procura, como mercadoria posta no mercado») encobrindo-se a lei do valor por outras que dela dependem e não têm existência própria. Também aspectos como a exportação de capitais por parte dos países industrializados, problemas do subdesenvolvimento, mesmo quando se tornam fulcrais para a explicação dos assuntos tratados, são apenas referidos marginalmente.

Podemos radicar todas as incorrecções atrás referidas numa não compreensão de que, na natureza, os casos acontecem, em última análise, dialecticamente e não metafisicamente. o que leva à não adopção de uma metodologia correcta, sendo o método, como dizia Hegel, «não mais do que a estrutura do todo exposto na sua pura essencialidade».

3. A evolução processa-se, por assim dizer, em espiral e não em linha recta, por saltos, por transformação da quantidade em qualidade, pelos impulsos internos do desenvolvimento, provocados pelas contradições no quadro de um dado fenómeno ou no seio de uma dada sociedade, pela interdependência e ligação que determina o

processo universal do movimento, processo único, regido por leis. Considerando esta análise verdadeira, forçoso é concluir que se incorreu em erros na análise histórica antecedente da descrição das crises. Com efeito, para além da procura de uma certa linearidade histórica baseada na evolução tecnológica, inverte-se o processo de elaboração histórica ao apresentar-se leis ou princípios formulados «à priori» para seguidamente adaptar a realidade às categorias anteriormente apresentadas, formalmente dialécticas, mas abrindo as portas ao idealismo, à não procura científica da evolução da realidade; veja-se na pag. 54, a afirmação: «os acontecimentos surgem em interdependência causal, cuja síntese não é da natureza de nenhum dos elementos que constituíram a tese e a antítese» e a subordinação da análise seguinte a esta lei.

Como corolário dos aspectos focados não admira que se afirme que «aperfeiçoadas as ferramentas, foi obtida maior produção do que a necessária, para cada um manter a sua vida e a sua força de trabalho, nasceu no homem a ideia de que poderia ter outro ao seu serviço; (...) apareceu então a escravatura» assim explicando o surgimento do sistema escravagista; se coloque, ao mesmo nível, leis morais e leis objectivas da evolução social como se nestas se não radicasse a liberdade, afirmando-se que «curioso é notar como o patriciado romano, cego pelos seus interesses e não ouviu aqueles que de vistas mais longas, previam e anunciavam a queda, se não fosse refreado o abuso da exploração económica e do poder político»; não se rebata, a não ser de forma marginal a afirmação da não existência de feudalismo em Portugal afirmação que, desconhecendo e confundindo o essencial e o marginal na formação económica feudal, se radica em concepções idealistas. abordando-se seguidamente, com um desenvolvimento não justificado o papel da Igreja em Portugal, na Idade Média; se analise superficialmente as causas da guerra de 1914-18; se não compreenda o papel das ideologias como elemento travão ou acelerador da evolução das forças produtivas afirmando-se («as ideologias não são se não os reflexos dos factos vividos, no sentido de um comum porvir melhor). Também não é de admirar que se afirme que «tudo é questão de direcção das forças em acção e estas em história, são representadas pelos actos humanos no sentido de satisfação de necessidades que não

são iguais em todos os indivíduos, sendo diversa, portanto, a acção para satisfazê-lo», donde resulta que as leis sociais dependem dos interesses individuais e sua conjugação, que os factos sociais são uma série de actos individuais determinados pelas características de cada indivíduo e portanto influenciadas pelo acaso, sendo tais afirmações renegadas pela ciência e pela prática quotidiana de cada um de nós

4. Na análise das teses explicativas das crises revela o autor lucidez na crítica das diversas teorias, sustentáculos de políticas cujo único objectivo é a alteração de aspectos parcelares não essenciais, como forma de manter o todo da formação social actual dando, como é justo, especial relevância à teoria e doutrina Keynesianas, bases ideológicas do neocapitalismo, Contudo também aqui a compreensão de que «a projectada política compensatória face aos ciclos, como afirma Prado Júnior, se apoia em última instância na falsa premissa de que as flutuações da conjuntura se devem a um simples processo mecânico de natureza oscilatória; e que se trata portanto apenas de suprir ou limitar a oscilação num sentido, para sulcar ou atenuar a oscilação seguinte no sentido inverso e que (...) a natureza cíclica do processo económico que estamos considerando é apenas a forma que esse processo assume (...) mas cuja força propulsora original se encontra não na oscilação e sim no estado de desequilíbrio latente do sistema que consiste na insuficiência crónica do consumo em face do crescimento da produção», não é levada às últimas consequências e não é apresentada a tese verdadeiramente científica da surgimento das crises. Também neste campo o mecanicismo impera.

Não se conclua apressadamente desta análise que a obra em causa não apresenta vários aspectos positivos. Que não é positiva. Contudo é preciso cuidadosamente limpá-la de todos os seus defeitos para se poder extrair o que de válido apresenta. Lê-la criticamente.